

CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO AO CONTRATO

DE

Aquisição de Medalhas de Ouro e Prata (Medalha de Mérito Concelhia)

PARTE I – Cláusulas Jurídicas**Secção I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª****Objecto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **Aquisição de Medalhas de Ouro e Prata (Medalha de Mérito Concelhia)**, cujas características técnicas estão patentes na **PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos**.

Cláusula 2.ª**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª**Prazo do contrato**

O contrato mantém-se em vigor até ao dia **5/10/2017**, em conformidade com o respetivo termo e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª**Obrigações principais do prestador do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, constituem, nomeadamente, obrigações do adjudicatário:
 - a) Prestar o fornecimento conforme os requisitos técnicos e níveis de serviço definidos na **PARTE II - Requisitos Gerais e Especificações Técnicas** do Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - b) Não alterar as condições de fornecimento do material objecto do presente contrato;
 - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços e fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

- d) Executar integralmente e de forma adequada as especificações do caderno de encargos;
 - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato;
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição/fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a 8.782,50 € (valor sem Iva), no prazo máximo de vigência admitido do contrato;**
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objecto do contrato para os respectivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças

Cláusula 6.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a recepção pela mesma das respectivas facturas, nos termos do art.º 36º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva e após o fornecimento dos bens, nos termos do art.º 9º, nº 1, da LCPA, Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o fornecimento dos bens em causa, **nos termos do previsto na PARTE II - Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.**
3. Para além dos requisitos constantes do n.º 5 do artigo 36º do CIVA, com discriminação dos bens bens/serviços fornecidos, a quantidade e preços unitários, a factura deve igualmente mencionar o número do procedimento de contratação (70/ABS/2017), bem como o número de compromisso (requisição externa da despesa), e deverão ser emitida em nome do Município de Fafe e entregues no Edifício da Câmara Municipal, sito na Avenida 5 de Outubro, 4824-501 – Cidade de Fafe, no prazo de 5 dias após a sua emissão;
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através **de transferência bancária.**
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas facturas, e elementos deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
6. O fornecedor fica ainda, obrigado junto dos respetivos sítios de internet para o Município consultar a situação contributiva junto da Segurança Social (www.seg-social.pt) e pagamento de impostos ao estado (www.portaldasfinancas.gov.pt).

Cláusula 7.ª

Objecto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 8.ª

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

1. Pelo incumprimento das datas e prazos do fornecimento dos bens objecto do contrato, até ao máximo de 20% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% valor do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a respectiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 9.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela

não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 11.ª

Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 12.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, relativo à fornecimento de bens.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

Cláusula 13.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 14.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 17.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas

OBJECTO DE CONTRATO: *“Aquisição de Medalhas de Ouro e Prata (Medalha de Mérito Concelhia)”*

I-Condições e Quantidades da Aquisição de Bens:

- 2 Medalhas de Ouro 50 mm c/ fita;
- 3 Medalhas de Prata 50 mm c/ fita;
- 5 Estojos veludo para medalha c/ fita;

Os bens em causa devem ter a configuração prescrita no modelo em anexo.

I-1 – Local de Prazo de Entrega;

I-1.1 As bens em causa devem ser entregues no Município de Fafe, até ao dia 4/10/2017.

I-2- Garantia da Conformidade;

I-2.1- O fornecedor garante a qualidade e a conformidade do equipamento de acordo com as características definidas no caderno de encargos de modo a cumprir fim a que se destina, contra defeitos de fabrico, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos;

I-2.2- Em caso de falta de conformidade do material e instalação, que se venha a verificar durante o período de testes após a sua entrega, que se fixa desde já em 60 dias, o fornecedor obriga-se a proceder à sua substituição imediata, sem quaisquer encargos para o primeiro outorgante, quer a título de transporte, mão de obra ou material;

I-2.3- O fornecedor será responsável pela inobservância das características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas constantes da PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas, do caderno de encargos;

I-2.4- No caso previsto nos números anteriores, o fornecedor deverá proceder, à sua custa e segundo as indicações de prazo e modo que forem determinados pela entidade adjudicante às substituições necessárias para garantir a entrega e instalação dos bens e cumprimento das exigências legais e das características e especificações técnicas exigidas.

I-2.5- Após a substituição necessária pelo fornecedor, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da condição seguinte.

I-3- Verificação da Conformidade e Aceitação;

I-3.1- A inspeção quantitativa e qualitativa do fornecimento e instalação efetuada face aos requisitos estabelecidos será aferida através da verificação da conformidade do mesmo com os requisitos constantes da PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas, do caderno de encargos que faz parte do procedimento de aquisição pelos serviços municipais ou por uma entidade terceira por si designada, no prazo de 5 dia útil, a contar da entrega e instalação do material em causa.

I-3.2- Em face dos resultados obtidos perla verificação, a entidade adjudicante pode:

- a) Aceitar como conformes;
- b) Exigir a substituição por outro equipamento conforme o contrato; ou
- c) Resolver o contrato quando se verifique inconformidades sistemáticas de qualidade e demais requisitos do material/equipamento instalado;

Data: 03/10/2017

O Presidente da Câmara

Dr. Raul Cunha

7000



7000



7000